

ESTA EDIÇÃO

Nesta segunda edição, registra-se a segunda etapa do relatório de Monitoria da aluna Marineide Cardoso de Macêdo, orientada pelo prof. Anselmo Milani em 2016.2, sobre os principais enunciados em CPC de rotina na vida do profissional de Contabilidade. Lembramos que este boletim tem periodicidade mensal e procura reunir contribuições de professores e alunos do curso de Ciências Contábeis da unidade Guarulhos Centro.

Destaques:

1. Principais CPCs
2. Redução ao valor recuperável
3. Demonstração do Fluxo de caixa
4. Demonstração do Valor Adicionado

Os principais CPC s:

CPC – 00 – R1 – PRONUNCIAMENTO CONCEITUAL BÁSICO (15/12/2011)

Este CPC já foi tratado no número anterior deste boletim.

CPC – 01 – REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL DE ATIVOS (07/10/2010)

O objetivo deste CPC é definir os procedimentos que visam assegurar os ativos sejam registrados por valores inferiores àquele possível de ser recuperado no tempo por uso nas operações da entidade ou em sua eventual venda. Deve ser aplicado na contabilização de ajustes para perdas por desvalorização dos ativos, pelo menos uma vez por ano, quando ocorre a elaboração das demonstrações anuais e se aplica em todos os ativos, exceto:

Estoques;
Ativos advindos de contratos de construção;
Ativos fiscais diferidos;
Ativos advindos de planos de benefícios a empregados;
Propriedade para investimentos que seja mensurada ao valor justo;
Ativo biológico relacionados a atividades agrícolas.

Este pronunciamento determina em que situações e como será determinado o valor recuperável de um bem, seja pelo valor líquido ou pelo seu valor de uso.

CPC – 02 – EFEITOS DAS MUDANÇAS NAS TAXAS DE CÂMBIO E CONVERSÃO DE DEMONSTRAÇÕES (07/10/2010)

Este CPC tem o objetivo de orientar quanto ao registro das transações realizadas com moedas estrangeiras e operações realizadas no exterior nas demonstrações contábeis de empresas no Brasil.

Contudo, antes de realizar a conversão será necessário definir a moeda funcional da investidora e das investidas. Porém, a definição deve levar em conta alguns princípios básicos como não ser a moeda corrente do país onde está a empresa e a última moeda por um longo período de tempo.

CPC – 03 – DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA (07/10/2010)

O objetivo principal deste pronunciamento é exigir o fornecimento de informações sobre as alterações no caixa e nos equivalentes de caixa por meio de demonstrações específicas que classifique os fluxos de caixa no período pelas atividades operacionais, de investimentos e financiamento.

Estas demonstrações, segundo este CPC pode ser apresentadas pelo Método direto, que usa as principais classes de recebimentos e desembolsos bruto ou pelo método indireto que se utiliza o lucro ou prejuízo líquido ajustado.

CPC 00 – 21 – Demonstração Intermediária

O resultado desta demonstração, decorrente das atividades operacionais é o indicador que mostra como as operações da entidade têm gerado suficientes fluxos de caixa para amortizar empréstimos, manter a capacidade operacional da entidade, pagar juros e dividendos e fazer novos investimentos sem recorrer a fontes externas de financiamento.

Registra-se aqui as transações que não envolvem o uso de caixa ou equivalentes de caixa não devem ser incluídas nesta demonstração.

CPC – 04 – Ativo Intangível (02/12/2010)

Este CPC trata sobre os ativos intangíveis que não são abrangidos especificamente em outro pronunciamento.

Os ativos intangíveis podem ser identificados, por exemplos:

Desenvolvimento de Tecnologia
Direitos Autorais
Direitos de Propriedade Industrial e de Serviços ISO 9000
Licenças e Franquias
Marcas e Nomes Comerciais
Modelos, Projetos e Protótipos
Patentes
Receitas e Fórmulas
Softwares.

CPC – 09 – Demonstração do valor adicionado (12/11/2008)

Este pronunciamento tem por objetivo estabelecer critério para elaboração da Demonstração do Valor Adicionado – DVA.

Assim o CPC orienta que a primeira parte da DVA será composta por receitas de vendas e serviços, outras receitas e constituição ou reversão da provisão para créditos de liquidação duvidosa, diminuídas dos insumos adquiridos de terceiros.

CPC – 16 – Estoques (08/09/2009)

Este é o pronunciamento que trata sobre a avaliação dos estoques, que em sua maioria é adotada a média ponderada. Também trata da mensuração dos custos desde o processo de fabricação até as vendas.

CPC – 21 – Demonstração Intermediária (20/10/2011)

Este CPC trata de demonstração composta por diversas demonstrações contábeis. Preconiza o conteúdo mínimo composto por Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado do Exercício, Demonstração do Fluxo de Caixa e Demonstração das mutações do patrimônio e evidentemente acompanhado pelas notas explicativas.

CPC – 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes (16/09/2009)

Este pronunciamento tem por objetivo assegurar a aplicação dos critérios de reconhecimento e bases de manutenção apropriados à provisões, passivos e ativos contingenciais. Geralmente as provisões são passivas de valores e prazos incertos e que seja possível identificar como sendo um evento passado e que deverá ter uma saída de recurso necessário para liquidá-la. De qualquer modo a estimativa para esta liquidação deve ser confiável, ainda que para sua liquidação, seja necessária a ocorrência de mais eventos. Ativos contingentes são ativos possíveis que resultam de ventos passados e que também para sua realização poderão ou não ocorrer mais eventos.

CPC – 30 – Receitas (08/11/2012)

Este pronunciamento determina que as receitas sejam reconhecidas quando for provável sua efetivação e que traga benefícios econômicos futuros e estes possam ser mensurados com confiabilidade. Também traz critérios para o reconhecimento das despesas.

Maio de 2017 - Informativo do Curso de Ciências Contábeis da UNG – Campus Centro. (011)2464-2727
<http://blogs.ung.br/conteudo/guarulhos/ciencias-contabeis>

CPC – 32 – Tributos sobre Lucro (16/09/2009)

O objetivo deste pronunciamento é apresentar o tratamento contábil para os tributos sobre o lucro. Considera ainda, que os tributos correntes de períodos passados ou correntes que ainda não foram pagos devem ser reconhecidos como passivo.

A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos devem ser feita pelas alíquotas que se espera que sejam aplicáveis no período de sua apuração.

CPC – 33 – Benefícios a Empregados (13/12/2012)

Este pronunciamento esclarece a contabilização das remunerações concedidas pela entidade aos empregados pelos serviços prestados. Aplica-se a todos os benefícios exceto aqueles que são regidos pelo CPC 10 que trata sobre pagamento ou distribuições de ações.

Os benefícios estão classificados da seguinte forma: Benefícios de curto prazo (que ocorrem dentro de doze meses), benefícios pós-emprego (resultante de acordos formais ou informais), outros benefícios de longo prazo (aqueles que não encerram dentro de doze meses) e benefícios de desligamento (benefícios de indenização por desligamento).

A entidade deve reconhecer benefícios de desligamento como passivo e despesa quando, e somente quando, a entidade estiver comprometida a cessar o vínculo empregatício de empregado ou grupo de empregados antes da data normal de aposentadoria ou oferecer benefícios por desligamento como resultado de oferta para encorajar a saída voluntária.

**No próximo número
trataremos do último tópico
do relatório de Monitoria,
que é sobre o CPC – PME –
Contabilidade para a Pequena
e Média Empresa.**

CONSULTAS:

YAMAMOTO, M. M., PACCEZ, J. D. e MALACRIDA, M. J.– Fundamentos da Contabilidade, 1ª Ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

<http://www.abrasca.org.br/Abrasca/Historico> << 20/11/2016 11:49>>

http://www.apimec.com.br/Apimec/show.aspx?id_canal=188&id_materia=869 <<20/11/2016 13:15>>

http://www.bmfbovespa.com.br/pt_br/institucional/sobre-a-bm-fbovespa/quem-somos/ <<20/11/2016 13:34>>

<http://ri.bmfbovespa.com.br/static/ptb/perfil-historico.asp?idioma=ptb> <<20/11/2016 13:44>>

<http://cfc.org.br/oconselho/> <<20/11/2016 14:30 >>

<http://www.fipecafi.org/fipecafi/quem-somos.aspx> <<20/11/2016 15:08>>

<http://www.portaldecontabilidade.com.br/legislacao/cfc1055.htm> <<20/11/2016 16:50>>

http://static.cpc.mediagroup.com.br/Documentos/28_CPC01R1_Sumario.pdf <<20/11/2016 19:17>>

http://static.cpc.mediagroup.com.br/Documentos/28_CPC01R1_Sumario.pdf <<20/11/2016 20:15>>

<http://www.cpc.org.br/CPC/CPC/Conheca-CPC> <<22/11/2016 – 20:08>>

<http://www.cpc.org.br/CPC/CPC/Conheca-CPC> <<22/11/2016 – 20:08>>

<http://www.afxicode.com.br/cpc-04-ativo-intangivel/#ixzz4dbOEsjWd> <<07/04/2017>>

Aluna **Marineide Cardoso de Macêdo**, estudante do curso de Ciências Contábeis da UNG Guarulhos Centro.

*Prof. **Anselmo Milani**, (orientador) contador, consultor, autor e coordenador e professor no curso de **Ciências Contábeis**, na UNG-SER, na unidade Guarulhos – Centro. Mestre em Gestão Educacional.